

A JUVENTUDE E OS COLETIVOS: COMO SE ARTICULAM NOVAS FORMAS DE EXPRESSÃO POLÍTICA

YOUTH AND THE COLLECTIVES: HOW TO ARTICULATE NEW FORMS OF POLITICAL EXPRESSION

GRETHA LEITE MAIA

Doutoranda em Direito pela Universidade Federal do Ceará.

Bolsista CAPES; professora de Teoria do Estado, Teoria do Direito e Teoria do Processo.

RESUMO

O artigo tem por objetivo investigar como se organiza a juventude contemporânea, em torno das redes sociais e no contexto dos novos movimentos sociais. A partir da revisão de literatura sobre juventude e movimentos sociais, analisa a inserção de novos paradigmas, como a liderança horizontal e a cooperação. Identifica formas atuais de mobilização, registro e monitoramento de ações repressivas, caracterizadas pela utilização ampla de suporte tecnológico. Como referência empírica, foram analisadas três experiências: o “Coletivo Conteste”, articulação do movimento estudantil em Fortaleza, junto aos estudantes de Direito da Universidade Federal do Ceará; o movimento estudantil “Barricadas abrem caminhos”; e a ação dos “capacetes”, grupo de registro das ações repressivas da polícia chilena durante manifestações estudantis. A hipótese a ser verificada é se, por meio desses novos paradigmas e experiências, pode-se afirmar a existência de um cenário consistente para o legítimo exercício da soberania popular. Trata-se assim de pesquisa bibliográfica com análise qualitativa de dados obtidos por meio de entrevista semiestruturada com um integrante do “Coletivo Conteste” e análise de sites. Conclui-se que a maneira como se articulam os jovens em torno dos coletivos, a pluralidade de interesses, os meios de mobilização para manifestações de massa e a forma de liderança horizontal são as mudanças mais significativas no atual contexto político brasileiro, viabilizadas pela disponibilidade de tecnologias de informação e comunicação, sem que, no entanto, haja uma reflexão conclusiva dessas mudanças.

Palavras-chave: Coletivos; Juventude; Política.

ABSTRACT

The paper aims to investigate how to organize contemporary youth around social networks and in the context of the “new social movements. From the literature review of youth and social movements, analyses the inclusion of new paradigms such as horizontal leadership and cooperation. Identifies current forms of mobilization, registration and monitoring of repressive actions, characterized by use of technological support. As empirical reference, three experiments were analyzed: the “Coletivo Conteste”, a law student movement in Fortaleza; the student movement “Barricadas abrem caminhos” and the action of “capacetes”, group that registers the actions of Chilean police during students’ political demonstrations. The hypothesis is verified, by means of these new paradigms and experiences, if we can assert the existence of a consistent scene for the legitimate exercise of popular sovereignty. It’s a bibliographic research with qualitative analyze data, collected through semi-structured interviews. Concludes that how to articulate young people around the collective, the plurality of interests, the means for mobilizing mass demonstration and the horizontal leadership are most significant changes in the current Brazilian political context, made possible by the availability of information and communication technology.

Keywords: Collectives; Youth; Politics.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO; 1 JUVENTUDE: PESQUISAS E POLÍTICAS PÚBLICAS; 2. NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS E A INFLUÊNCIA DAS REDES SOCIAIS; 3. COLETIVOS, AÇÕES DE MONITORAMENTO E REDES SOCIAIS: NOVAS FEIÇÕES DE MOBILIZAÇÃO POLITICA DA JUVENTUDE; CONCLUSÃO; REFERÊNCIAS.

INTRODUÇÃO

A juventude está em pauta no Brasil, sendo objeto de políticas públicas e pesquisas acadêmicas, quer pela disposição para mobilizações de massa recentes, quer pela discussão da redução da maioridade penal. Objeto de investigação de vários saberes, como a sociologia e a psicologia, o direito também possui uma trajetória que vai da compreensão de “juventude perigosa” à categoria “juventude sujeito de direitos”. Considerando que cada vez mais a juventude se mobiliza em torno de coletivos, essas expressões agregam em torno de si reivindicações que dão uma noção de quão multifacetada é a juventude brasileira e suas formas de expressão.

Assim, esse estudo se propõe a averiguar as práticas associativas da juventude, por meio de novos processos interativos que se multiplicam nas redes sociais, mapeando, inicialmente, estudos, pesquisas e políticas públicas voltadas para juventude, especialmente no Brasil, na última década. Em seguida, foram analisadas as contribuições das novas teorias dos movimentos sociais, nas quais se ressalta a influência das redes sociais. Realizou-se também uma pesquisa empírica tendo como referência três campos de análise: um coletivo percebido por meio de entrevista semiestruturada a um de seus integrantes; um coletivo, percebido por meio de investigação ao site mantido pelo movimento; e por fim uma análise das ações de monitoramento de protesto como suporte ao movimento e às manifestações, obtida por meio de informações veiculadas na mídia digital. São, então, objetos dessa pesquisa o “Coletivo Conteste”, articulação do movimento estudantil em Fortaleza, junto aos estudantes da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, bem como o site do movimento estudantil nacional “Barricadas abrem caminhos” e, por fim, as ações de monitoramento de protestos ocorridos no Chile em agosto de 2012, nos quais observadores de capacetes brancos ou azuis monitoram as ações de reivindicação e de repressão, pelo uso de câmeras e notebooks.

Nesse sentido, a pesquisa visa identificar de que forma essas expressões e ações se relacionam e que novos paradigmas daí se projetam. Justifica-se a pesquisa na medida em que

assistimos a novas formas e espaços de expressão reivindicados pela juventude para exercer o direito de livre manifestação, considerando a introdução do suporte tecnológico como instrumento de convocação e registro. Ademais, verifica-se ainda a dificuldade de estabelecer o limite entre o direito legítimo de manifestação e resistência, e a ideia de transgressão e desordem.

1 JUVENTUDE: PESQUISAS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Historicamente, atribui-se um papel social ao jovem, pois, em todas as culturas, a atribuição e o reconhecimento de certos comportamentos tidos como próprios de um segmento etário ajudam a organizar o corpo social. A caracterização desse conjunto de manifestações de conduta identificada como ‘a juventude’ projetou ideias como a de crise ou mal da juventude¹, ou a imagem do jovem-problema, imerso em violência². Por sua vez, os estudos de juventude realizados nos anos 60 e 70 do século passado são referência histórica da preocupação das ciências sociais com a juventude³.

Esses estudos levaram a construção de uma pauta de políticas públicas específicas para a juventude⁴, abandonando-se o paradigma dos jovens como um problema e da juventude como uma passagem para a compreensão da juventude como um estado psíquico de comprometimento com um sentimento amplo em relação à capacidade de mudar a sociedade, e de que, ademais, a juventude nunca acaba, pois nela estão os traços mais profundos da personalidade, que nos acompanharão por toda a vida.

¹ Cf, na literatura, “Os sofrimentos do jovem Werther” de Goethe.

² Cf, na literatura, a ultraviolência de Alex no “Laranja Mecânica”, de Anthony Burgess.

³ Há um ramo da Sociologia com foco específico na Juventude, tendo como referência os seguintes estudos: BRITTO, Sulamita. **Sociologia da juventude I: da Europa de Marx à América Latina de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968; DAVIS, Allison; FRIEDEBURG, L. Von; GOTTLIEB, J.; GREEN, S. R.; GUIGOU, Jacques; HABERMAS, Jürgen; KEIL, E. T.; LIPSET, Seymour Martin; OEHLER, Ch.; REEVES, J.; RIDDELL, D. S.; WALTER, Jaide; WEITZ, F. **Sociologia da juventude II: para uma sociologia diferencial**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968; e COHEN, A. K.; FAU, René; LAPASSADE, Georges; MATZA, Daid; MEAD, Margaret; MUCHOW, Hans Heinrich; PARSONS, Talcott; VALITUTTI, S.; VARAGMAC, André. **Sociologia da juventude III: a vida coletiva juvenil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

⁴ Segundo o site da Secretaria Nacional de Juventude (<<http://www.juventude.gov.br/>>), os principais programas são o Plano Juventude Viva, o Programa Estação Juventude, o Observatório Participativo da Juventude e o Programa de Inclusão Produtiva, Formação Cidadã e Capacitação para a Geração de Renda para a Juventude Rural.

Conforme Mattos, Teixeira e Osório⁵, ao fazer um levantamento histórico sobre a participação da juventude brasileira nas diferentes épocas, encontram-se os primeiros estudos nos anos 60, com a participação dos jovens nos movimentos estudantis; nos anos 80 os jovens foram considerados individualistas e indiferentes à atuação política; mas nos anos 90 houve uma retomada dos interesses nas atividades coletivas, acentuadamente na esfera cultural; no início do século XXI, a modalidade de participação apontada por pesquisas, mostra uma juventude mais sintonizada com sua realidade: são ações grupais comunitárias e voluntárias, muitas vezes apoiadas por instituições religiosas, associações de bairros e organizações não governamentais.

No caso da América Latina, de acordo com Sposito e Carrano, as políticas de juventude foram determinadas pelos problemas de exclusão dos jovens da sociedade e os desafios de como facilitar-lhes processos de transição e integração ao mundo adulto⁶. Ressalvando a pluralidade de enfoques, as características institucionais e a diversidade regional dos países latino-americanos, Sposito e Carrano afirmam ser possível sintetizar contribuições de diversos autores e estabelecer uma periodização em torno de quatro distintos modelos de políticas de juventude: a) a ampliação da educação e o uso do tempo livre (entre 1950 e 1980); b) o controle social de setores juvenis mobilizados (entre 1970 e 1985); c) o enfrentamento da pobreza e a prevenção do delito (entre 1985 e 2000); e d) a inserção laboral de jovens excluídos (entre 1990 e 2000)⁷.

As questões da juventude entraram para a agenda social no Brasil enquanto política pública, nos últimos anos, devido, principalmente, ao temor da explosão demográfica, considerando que quase 30% da população brasileira encontram-se na faixa etária entre 14 e 20 anos⁸. Segundo Custódio⁹, o contexto contemporâneo da juventude brasileira é um ambiente de desigualdades profundas, que alcança faces perversas nas desigualdades étnico-raciais, de

⁵ MATTOS, Débora Michels, OSÓRIO, Paulo Sérgio, TEIXEIRA, Regina. História, Juventude e Participação: condições, possibilidades e atuações, em WOLKMER, Antônio Carlos. VIEIRA, Reginaldo de Souza. **Estado, política e direito: relações de poder e políticas públicas**. Santa Catarina: UNESC, 2008, p. 220.

⁶ Cf SPOSITO, Marília Pontes. CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. Disponível em: <http://www.4shared.com/office/oUM6hs-A/juventude_e_polticas_pblicas.htm>. Acesso em: 12 set. 2012.

⁷ SPOSITO, Marília Pontes. CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. Disponível em: <http://www.4shared.com/office/oUM6hs-A/juventude_e_polticas_pblicas.htm>. Acesso em: 12 set. 2012.

⁸ Cf. SOUZA, Robson Sávio Reis. SOUZA, Ângela Maria Dias Nogueira. Juventude e violência: novas demandas para a educação e a segurança públicas. Disponível em: <http://www.4shared.com/get/OFjkcTen/Artigo_Juventude_e_Violncia.html>. Acesso em: 12 set. 2012.

⁹ CUSTÓDIO, André Viana. Direitos de Juventude no Brasil contemporâneo: perspectivas para a afirmação histórica de novos direitos fundamentais e políticas públicas, em WOLKMER, Antônio Carlos. VIEIRA, Reginaldo de Souza. **Estado, política e direito: relações de poder e políticas públicas**. Santa Catarina: UNESC, 2008.

gênero e de orientação sexual. Assim, torna-se necessária formular uma concepção multidimensional de juventude, apontando processos emancipatórios forjados no seio dos movimentos sociais brasileiros, resignificando a percepção da juventude e indicando novas perspectivas éticas, culturais e políticas, fundadas no princípio da ação coletiva nos movimentos estudantis.

Trata-se, de um lado, do reconhecimento, hoje consensual, de novos agenciamentos capazes de fomentar a ação coletiva juvenil para além dos espaços consagrados da política institucional partidária ou do movimento estudantil. Segundo ainda Custódio¹⁰,

“um aspecto diferencial que merece referência diz respeito à constituição de redes de juventude, facilitadas pelo uso da tecnologia, que re-significam a realidade juvenil brasileira, conjugando novas metodologias e estratégias de articulação juvenil”.

Por outro lado, segundo Robson Souza e Ângela Maria Souza, quando o campo é relativo à disputa de posições de poder ou de capacidade de interferência, a arena pública ainda privilegia formas organizativas tradicionais como âmbito específico de possibilidade de ação e, sob esse ponto de vista, os novos agrupamentos juvenis são frágeis¹¹.

Segundo Diógenes e Sá¹², a história das relações Estado-jovens no Brasil tem sua face mais perversa nos casos reiterados de violência policial contra jovens de camadas populares. Assim, as relações entre as instituições policiais e os jovens são marcadas acima de tudo pela desconfiança, de um lado, de que haverá um tratamento violento, e de outro, a desconfiança de que haverá transgressão. Considerando que para exercer a cidadania e ocupar espaços públicos é preciso o exercício permanente e sem medo nas manifestações coletivas reivindicatórias, esse cenário faz com que a Juventude procure novos caminhos possíveis para ampliar as possibilidades de espaços de diálogo para a garantia de direitos de cidadania.

Atualmente, o Brasil mantém mais de 30 programas federais com o objetivo de realizar políticas públicas de juventude, em ações integradas de vários ministérios¹³. A presença dessas

¹⁰ CUSTÓDIO, André Viana. Direitos de Juventude no Brasil contemporâneo: perspectivas para a afirmação histórica de novos direitos fundamentais e políticas públicas, em WOLKMER, Antônio Carlos. VIEIRA, Reginaldo de Souza. **Estado, política e direito: relações de poder e políticas públicas**. Santa Catarina: UNESC, 2008, p. 207.

¹¹ SOUZA, Robson Sávio Reis. SOUZA, Ângela Maria Dias Nogueira. **Juventude e violência: novas demandas para a educação e a segurança públicas**. Disponível em: <http://www.4shared.com/get/OFjkcTen/Artigo_Juventude_e_Violncia.html>. Acesso em: 12 set. 2012.

¹² DIÓGENES, Glória, SÁ, Leonardo. Juventude e segurança pública: dissonâncias e ressonâncias, em FREITAS, Maria Virgínia de. PAPA, Fernanda de Carvalho. **Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil**. Peiropolis, 2011.

¹³ Cf www.juventude.gov.br.

políticas e seus agentes geram impactos positivos de mobilização da juventude como sujeitos ativos nas lutas sociais e políticas. Compreendendo o jovem organizado em sua complexidade, é de se notar que muitos do que atuam reivindicando políticas de juventude militam em organizações sociais e associações da sociedade civil que não tem a juventude como ponto central, segundo Souza¹⁴. Ainda segundo a pesquisadora e jornalista, a pesquisa Juventudes Sul-Americanas aponta que há muitas formas possíveis de lidar com essa multiplicidade de demandas dentro dos movimentos, e essas configurações geram novas articulações. As redes sociais, por exemplo, tem assumido a função de “trabalho de base” na ampliação da mobilização e organização de novos grupos. Os jovens buscam espaços menos burocratizados e mais criativos, pondo em xeque o modelo estatal das Conferências e dos Conselhos Tutelares.

Comprovando a complexidade e a multidimensionalidade dos movimentos e articulações coletivas da Juventude nesse início de século, a coletânea “Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil¹⁵” traz uma seção composta das visões dos jovens militantes, indicando, finalmente, a multiplicidade temática que orienta a ação política da juventude: de movimentos feministas ao “Movimento dos Sem-Terra” - MST, as Pastorais de Juventude do Meio Popular, o movimento “Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais” - LGBTT; na área da cultura, cita o MPB (no qual a clássica sigla Música Popular Brasileira se transmuta em Música Para Baixar); a rede da juventude pelo meio ambiente, o movimento de juventude negra e favelada, além do próprio movimento estudantil e político partidário.

2 OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS E A INFLUÊNCIA DAS REDES SOCIAIS

Os movimentos sociais são antigas pautas de pesquisa das ciências sociais. Scherer-Warren define movimentos sociais como uma “ação para transformação (a práxis) voltada para a realização dos mesmos objetivos (projeto), sob a orientação mais ou menos consciente de princípios valorativos comuns (a ideologia) e sob uma organização diretiva mais ou menos definida (a organização e sua direção)”¹⁶. Segundo Aparício, as Ciências Sociais nomearam por

¹⁴ SOUZA, Patrícia Lânes Araújo de. A participação nas políticas públicas de juventude: caminhos trilhados, caminhos a construir, em FREITAS, Maria Virgínia de. PAPA, Fernanda de Carvalho. **Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil**. Peiropolis, 2011.

¹⁵ FREITAS, Maria Virgínia de. PAPA, Fernanda de Carvalho. **Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil**. Peiropolis, 2011.

¹⁶ SCHERER- WARREN, Ilse. **Movimentos sociais**. 2 ed. Florianópolis: Ed. UFSC, 1987, p. 20.

novos movimentos sociais aqueles surgidos a partir dos anos 60 do sec. XX na Europa, cuja distinção seria o afastamento do “movimento marxista clássico, que tem por base a reivindicação econômica da distribuição de recursos na sociedade capitalista”¹⁷.

No Brasil, até os anos 80 do século passado - em especial na década de 70 - as ciências sociais investigaram prioritariamente a composição de distribuição da força de trabalho no Brasil¹⁸. Buscava-se entender os movimentos sociais originados na população economicamente ativa, no assalariado, objetivando identificar quem era a classe operária brasileira. As massas de então seriam os explorados dentro do modo de produção capitalista. Somente compreendendo a si como classe, as massas tomariam consciência deste processo de exploração e assim teriam condições de revolucionar o sistema.

Um exame, ainda que breve, do movimento estudantil brasileiro, dos anos 50 e 60, contribui para a compreensão do modelo de movimento social verticalmente organizado¹⁹. As manifestações envolvendo a reforma universitária de fins dos anos 50 mobilizam os estudantes universitários brasileiros, iniciando uma trajetória de um movimento que vai tomar forma na década seguinte. Em 1961, os estudantes pretendem ampliar sua participação no poder, período em que ocorre a renúncia de Jânio Quadros. Os anos de 63/64 caracterizam a luta pelo poder e a partir de 64 inicia-se a fase da luta contra o poder. Esse movimento caracterizou-se por apresentar como traço essencial o monopólio institucional da representação. Oficializado segundo o modelo dos sindicatos, o movimento estudantil se estruturava verticalmente: o Centro Acadêmico era o órgão oficial da faculdade; seu presidente tinha assento no Conselho Departamental e a filiação dos estudantes era automática; em Universidades oficiais, o Diretório contava com alguma verba, franquias postal e o direito ao timbre com as armas da República. A União Nacional dos Estudantes - UNE - contava com sua parte no orçamento governamental. Esse tipo de organização fazia com que a UNE representasse os 100 mil universitários da época. Essa organização vertical e oficial dava visibilidade ao poder: qualquer ação no meio estudantil seria realizada na tensão e disputa pelos CA's.

Assim, os movimentos sociais tradicionalmente se definiam em termos de identidade e oposição. Houve, entretanto, uma mudança na forma de as ciências sociais identificarem esse objeto. No final dos anos 80, Alain Touraine afirmava que movimentos sociais nem sempre são

¹⁷ APARÍCIO, Adriana Biller. Novos atores e movimentos étnicos-culturais, em COLAÇO, Thais Luzia (org.). *Elementos de Antropologia Jurídica*. 2 ed. São Paulo: Conceito Editorial, 2011, p.83.

¹⁸ Cf SINGER, Paul. Força de trabalho e emprego no Brasil. São Paulo, *Cadernos CEBRAP*, nº 03, 1971.

¹⁹ GUILHON DE ALBUQUERQUE, J.A.O movimento estudantil e classe média no Brasil, em *Classes Médias e política no Brasil*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, pp. 117/144.

expressão de um conflito de classes²⁰. Desta forma, os movimentos sociais repousam sobre vários princípios de orientação, levando a uma mobilização múltipla, o que gera uma compreensão de que os movimentos sociais estão sempre em transformação. Foi assim que se passou a pensar de novas formas os movimentos sociais, identificando-os como “novos”. Segundo Aparício, os novos movimentos sociais são movimentos culturais, uma vez que “suas ações coletivas buscam transformar a sociedade, defendendo o reconhecimento de valores culturais alternativos e, ainda, de direitos específicos de grupos diferenciados”.²¹

Assim, já existe hoje um considerável campo de estudos dos novos movimentos sociais, segundo Euzeneia Carlos²², designado como a Teoria dos Novos Movimentos Sociais-TNMS, que se caracteriza por afirmar que:

[...] a ação coletiva não se restringe às trocas, negociações e cálculos estratégicos de custos e benefícios, possibilitando a compreensão de certos movimentos contemporâneos cujas lutas se desenvolvem de modo conectado a questões culturais (simbólicas e identitárias), em um vasto campo cultural no qual se formam laços de confiança e solidariedade. [...] A grande variedade de redes sociais presentes na estruturação da ação coletiva são quase sempre ignoradas pelos estudiosos de movimentos sociais e apenas mais recentemente o interesse pela relação entre movimentos sociais e redes sociais tem crescido.

Cada vez mais as redes sociais e os coletivos se identificam como uma dinâmica social específica, no conceito de Euzeneia Carlos:

Uma rede de interações informais, composta por uma pluralidade de atores (indivíduos, grupos, associações ou organizações) que se engajam em relações de conflito com oponentes claramente definidos e compartilham uma identidade coletiva distinta. A identidade coletiva é construída com base em interpretações e narrativas e permite que cada ator se identifique como parte do esforço coletivo, enquanto mantém sua própria identidade como ativista individual; ela está associada ao reconhecimento mútuo entre os atores, o qual define as fronteiras de um movimento que são, por consequência, inerentemente instáveis.²³

²⁰ TOURAINE, Alain. Movimentos sociais e ideologias nas sociedades dependentes, em **Classes Médias e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

²¹ APARÍCIO, Adriana Biller. Novos atores e movimentos étnicos-culturais, em COLAÇO, Thais Luzia (org.). **Elementos de Antropologia Jurídica**. 2 ed. São Paulo: Conceito Editorial, 2011, p.83

²² CARLOS, Euzeneia. Contribuições da análise de redes sociais às teorias de movimentos sociais. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782011000200011&lang=pt>. Acesso em: 07 mar. 2013.

²³ CARLOS, Euzeneia. Contribuições da análise de redes sociais às teorias de movimentos sociais. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782011000200011&lang=pt>. Acesso em: 07 mar. 2013.

Para Supiot²⁴, “em Direito e em outras áreas, a hora é das redes, ou seja, das estruturas policêntricas, das quais cada elemento é a um só tempo autônomo e ligado a todos os outros”. Especificamente no cenário da América Latina, a tendência de ampliação do uso dessas novas formas de exercício da ação reivindicatória se consolida. Segundo Ilse Scherer-Warren²⁵ o movimento social atua cada vez mais sob a forma de rede, citando:

A rede da Via Campesina, que se expandiu no contexto das realizações do Fórum Social Mundial, criou seu espaço próprio de articulação política global e na América Latina. Em 2004, foi realizada a IV Conferência Internacional da rede, no Brasil (Itaici/SP), sob o lema: "Globalizemos a luta, globalizemos a esperança". Os temas da soberania alimentar, das sementes transgênicas e da reforma agrária foram centrais. Representantes de organizações camponesas de 80 países compareceram, dentre as quais 18 países de América Latina e Caribe. Nesse encontro, foram realizadas a "II Assembleia de Mulheres da Via Campesina" e a "I Assembleia de Jovens Camponeses da Via Campesina", articulações que praticaram um ativismo de ação direta nos anos subsequentes, como nas ocupações dos canteiros da Aracruz Celulose, no Rio Grande do Sul. As manifestações também têm sido em solidariedade aos indígenas e quilombolas, especialmente do Espírito Santo, que perderam suas terras para a referida empresa, bem como contra o mercado de transgênicos praticado pela Monsanto, Syngenta e Stora Enso.

Percebe-se que são muitos argumentos de mobilização, superando a concepção inicial de compreender os movimentos sociais em termos de identidade-oposição para a noção plural de identidades.

Ademais, as redes sociais e os coletivos são propostas de ação coletivas fundadas em laço de confiança e solidariedade. Segundo Moraes e Mendes²⁶, o triunfo da solidariedade é “o reflexo da ânsia de (re) ligação do ser humano com sua dimensão transcendental, a partir do momento em que sua consciência se expande para, ao mesmo tempo, perceber a unidade e integrar-se à totalidade do Cosmos”. Na busca do consenso mínimo entre os seres humanos, as autoras citam Leonardo Boff²⁷ para lembrar a estreita relação entre a ética da solidariedade e a vida:

²⁴ SUPIOT, Alain. *Homo Juridicus* - Ensaio sobre a função antropológica do Direito. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 146.

²⁵ SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais na América latina - caminhos para uma política emancipatória? Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792008000300007&lang=pt>. Acesso em: 07 mar. 2013.

²⁶ MORAES, Germana de Oliveira. MENDES, Ana Stela Vieira. Da crise do ensino jurídico à crisálida da ética da transdisciplinariedade: a metamorfose do direito do amor e da solidariedade através da formação jurídica, em MAIA, Gretha Leite; TEIXEIRA, Zaneir Gonçalves. *Ensino Jurídico: os desafios da compreensão do Direito*. Fortaleza: faculdade Christus, 2012, p. 285.

²⁷ MORAES, Germana de Oliveira. MENDES, Ana Stela Vieira. Da crise do ensino jurídico à crisálida da ética da transdisciplinariedade: a metamorfose do direito do amor e da solidariedade através da formação

Após conceituar ethos como ‘a capacidade de ordenar responsabilmente os comportamentos com os outros e com o mundo circundante, para que possamos viver na justiça, na cooperação e na paz, no interior da casa comum dos seres humanos’, aponta [Leonardo Boff] a solidariedade como o novo imperativo categórico do ethos da humanidade na era ecológica e diante da ameaça global ao sistema.

A nova feição dos movimentos sociais em rede, portanto, representa não somente uma alternativa à estrutura vertical rígida com a qual se estabeleceram partidos e sindicatos no século XX, então os canais mais pretensamente representativos das reivindicações de uma comunidade politicamente organizada. A proposta dos novos movimentos sociais também contém a necessária afirmação da superação das relações hierarquizadas e autoritárias, que muitas vezes se utilizavam do medo e do terror como elemento agregador de indivíduos. A proposta revolve formas de pensar a própria coexistência humana em comunidade, com igualdade de direitos, integrados e, ao mesmo tempo, reconhecedores de seu pertencimento a grupos culturais diversos.

3 COLETIVOS, AÇÕES DE MONITORAMENTO E REDES SOCIAIS: NOVAS FEIÇÕES TECNOLÓGICAS DE MOBILIZAÇÃO POLÍTICA DA JUVENTUDE

Após a incursão exploratória desse vasto panorama de estudos e políticas públicas de Juventude e dos novos movimentos sociais, a pesquisa passa a analisar tecnologia da informação como uma ferramenta de articulação, mobilização e participação política da Juventude, sob a forma de coletivos e ações de monitoramento, problematizando sua valorização como meio de interação, buscando uma análise que nem superestime nem tampouco subestime o papel das redes sociais nos movimentos de juventude.

O ponto de partida para a reflexão sobre os coletivos foi um balanço dos 40 anos de Maio de 68, feito pelo sociólogo francês Edgar Morin. Segundo Morin²⁸, nos anos 60 do século XX aconteceu uma verdadeira expansão dos limites do conhecimento, alterando a visão que as pessoas tinham do mundo ao seu redor e do próprio universo: a ascensão da ecologia, novas descobertas da astronomia, o declínio das metanarrativas e das explicações totalizantes

jurídica, em MAIA, Gretha Leite; TEIXEIRA, Zaneir Gonçalves (orgs.). *Ensino Jurídico: os desafios da compreensão do Direito*. Fortaleza: Faculdade Christus, 2012, p. 286.

²⁸ MORIN, Edgar. 1968-2008: o mundo que eu vi e vivi, em AXT, Gunter e SCHULER, Fernando Luís (orgs.). *Fronteiras do pensamento: ensaios sobre cultura e estética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

veiculadas na utopia comunista e, ao mesmo tempo, o abalo na crença do progresso impulsionado pelo capitalismo, as duas últimas concorrendo para minar o sentimento de esperança entre os humanos (crise do progresso/ crise de futuro). Convertendo esse diagnóstico em termos políticos, o Maio de 68 demonstra que não se podia mais contar com partidos institucionalizados, especialmente o Partido Comunista, e com os sindicatos, para encabeçar a transformação revolucionária. Segundo Lotringer²⁹:

Eles [partidos e sindicatos] agora eram parte do espetáculo e sua principal preocupação era se auto preservar. Só se podia contar com novas forças liberadas pelo sistema - estudantes, jovens trabalhadores, desempregados - para fazer a revolução. Essa constatação obrigou os filósofos franceses a repensar a política e o legado do marxismo.

Maio de 68 foi uma revolta de jovens. Investiram contra a autoridade, qualquer que fosse. Desvelou a inconveniente verdade de que onde se instala o bem-estar material muitas vezes se instala, para ficar, um imenso mal-estar moral ou psicológico. Assim, no início do sec. XXI, é possível formular um questionamento em torno da viabilidade de novas formas associativas em rede superarem os partidos e os sindicatos como canais de expressão política.

Para identificar que discurso identitário os coletivos projetam de si mesmo, foi realizada uma entrevista semiestruturada com integrante do Coletivo Conteste, na qual foram questionadas, dentre outras, a utilização das redes sociais e de outras formas de articulação e mobilização³⁰. O Coletivo Conteste tem sua origem ligada a uma necessidade de organização que foi identificada pelos estudantes de Direito que participaram de um ato de ocupação da Reitoria da Universidade Federal do Ceará, em Fortaleza, em 2005. Esse ato permitiu o contato dos estudantes com outros militantes, de outros coletivos, o que viabilizou em 2007 a criação do Conteste. Murilo, que já havia iniciado no curso de História sua trajetória como militante, ingressa no Conteste por meio de uma campanha para o Centro Acadêmico. É possível verificar o contato do coletivo com diversos partidos, e a presença de militantes com filiação partidária, não havendo, portanto, resistência à participação dos partidos. Ao contrário, constata-se um diálogo constante, em movimentos de aproximação e afastamento, numa relação ambígua.

²⁹ LOTRINGER, Sylvère. Como foi inventada a teoria francesa, em AXT, Gunter e SCHULER, Fernando Luís (orgs.). *Fronteiras do pensamento: ensaios sobre cultura e estética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p.53.

³⁰ Foi realizada entrevista com o estudante Murilo Leite Pereira Neto, militante do movimento estudantil na qualidade de aluno do curso de Direito da Universidade Federal do Ceará, entrevista realizada no dia 04 de julho de 2013, da qual se extraíram as informações analisadas.

O entrevistado relata a dificuldade em manter um registro formal da existência do coletivo, sendo esse apontado como um dos problemas de vários coletivos, em razão da espontaneidade do movimento. Essa falta de um mínimo de rigidez parece levar a constantes recomeços. Para Murilo, a distinção fundamental entre os movimentos e os coletivos está no fato de que os movimentos tem uma pauta de orientação permanente de ação (como o Movimento do Passe Livre); o coletivo pode agregar múltiplas demandas, e, por meio de debates periódicos, são definidas quais as pautas prioritárias, a partir da conjuntura política que é mantida em permanente análise. Murilo ressalta que o Conteste tem um preocupação de não se ‘descolar’ da sua condição estudantil, ressaltando a participação do coletivo junto ao grupo de discussão para a reforma curricular, ao lado do Núcleo docente Estruturante - NDE, embora, ao mesmo tempo, mantenha a disposição de apoio às ações de trabalhadores, o que tem sido uma característica dos movimentos estudantis ao longo de sua trajetória histórica. Murilo ressaltou a necessidade de manter o coletivo com uma base e também a dificuldade de manter militantes agregados ao coletivo, embora a preocupação em formar novos militantes seja constante. O entrevistado revelou que é uma preocupação dos movimentos entender o alcance do uso das redes sociais, e que já há uma limitação reconhecida como própria desses meios, pela falta de contato pessoal, o que gerou uma série de perplexidades nos movimentos recentes³¹. Murilo afirma que o próprio movimento está se organizando em torno do formato tradicional de assembleias, para viabilizar uma discussão produtiva em termos de definição de demandas. Embora afirme não ser possível abrir mão das redes, há o reconhecimento de que não é possível viabilizar uma discussão adequada, um debate real, sobre as pautas propostas, e que essa é uma condição imprescindível para o ‘fazer’ político. Inquirido sobre as formas horizontais de liderança, Murilo questiona a viabilidade desse formato, embora mantenha a crítica ao formato hierarquizado do partido, especialmente pela formação de líderes pouco ligados à base. O termo autocrítica foi muitas vezes utilizado pelo entrevistado³².

O coletivo “Barricada abrem caminhos”, por sua vez, é um grupo nacional do movimento estudantil, articulado a diversos outros grupos, que põe em pauta de discussão temas como ensino público e agressões ao meio ambiente. Apresenta como bandeira de luta a educação pública, a partir da crença de que a juventude organizada, ao longo da História e com muita

³¹ O entrevistado faz referência às manifestações de massa ocorridas durante o mês de junho de 2013, no Brasil.

³² A entrevista seguiu, numa segundo momento, para a análise dos movimentos acontecidos no Brasil durante a Copa das Confederações em junho de 2013, o que nesse momento não será oportuno divulgar, porque fugiria ao objetivo proposto para esse estudo.

luta, transformou a realidade: acreditam assim que a juventude de hoje também deve se movimentar e resistir a todos estas formas de acabar com a educação pública. Há o uso do twitter (um serviço de rede social e microblog que permite aos usuários postar textos de até 140 caracteres, conhecidos como tweets) e do facebook (rede social assim nominada em razão dos livros que eram entregues no começo do ano acadêmico em algumas universidades americanas, para ajudar os estudantes a conhecerem-se) como ferramentas regulares de troca de informações. Como afirmam no texto de apresentação:

Porém, a Universidade não é uma ilha. Por isso, pulamos os muros das nossas escolas para dar os braços aos que resistem à criminalização dos movimentos sociais da classe trabalhadora. O Barricadas levanta as bandeiras feministas, anti-homofóbicas e anti-racistas, entendendo que o movimento estudantil deve pautar a luta pela transformação da nossa sociedade opressora e excludente. Também pautamos a necessidade da democratização da comunicação, da luta em defesa da saúde pública e somos contra a política proibicionista das drogas, que criminaliza apenas a classe trabalhadora. Defendemos a agroecologia, a reforma agrária e a luta contra o novo Código Florestal, apontando que não existe respeito ao meio ambiente na sociedade capitalista.³³

Tanto o twitter como o facebook são espaços típicos da juventude. Nesses espaços é possível identificar uma cultura de reforço do coletivo, transformando a violência doentia (como a linha de fuga das drogas e da agressão física gratuita) em uma cidadania saudável. Os movimentos coletivos estão na vanguarda das novas formas associativas, cujo exemplo mais significativo talvez sejam as redes sociais e sua horizontalidade. Por outro lado, o modelo mais ultrapassado de exercício de poder e liderança talvez seja hoje o próprio Estado e sua modelo de exercício de poder vertical, isto é, sob uma estrutura hierarquizada, com identificação de autoridade. Os movimentos sociais tem tentado desenvolver outro parâmetro de liderança, fundados na ideia de liderança horizontal, em rede.

Outro aspecto a ser notado é a utilização da tecnologia no controle das ações repressivas do Estado, conforme se pode inferir da análise do movimento dos “capacetes”³⁴. São observadores voluntários que monitoram as manifestações estudantis que ocorrem nas ruas de Santiago do Chile e também, possivelmente, em hospitais e delegacias de polícia para onde vão as vítimas das ações repressivas da polícia chilena. Assim, são grupos de observadores que usam capacetes azuis ou brancos, portando notebooks, câmeras, gravadores de voz e máscaras de gás,

³³ Disponível em: <http://barricadasabremcaminhos.wordpress.com>. Acesso em: 19 jun. 2013.

³⁴ Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/nyt/2012-08-30/com-capacetes-voluntarios-de-direitos-humanos-monitoram-protestos-no-chile.html>. Acesso em: 12 set. 2012.

com o único objetivo de, sem interferir ou participar do protesto, monitorar e gravar o que acontece quando a polícia reprime os protestos. São cidadãos de todas as idades e profissões, que também prestam socorro a pessoas que tenham sido feridas, ou tenham sofrido algum tipo de abuso.

A ação dos “capacetes” tem amplo amparo tecnológico: fotografam o que veem e registram relatos orais de manifestantes e testemunhas. Eles anotam as placas dos veículos da polícia e os nomes dos comandantes, e possuem registros de todos que são detidos. As informações são imediatamente publicadas na internet, em contas no Twitter.

CONCLUSÃO

Os estudos de juventude não são recentes nas ciências sociais. As diversas pesquisas realizadas ajudaram a afirmar a necessidade de políticas públicas específicas para esse segmento social. Na pauta de programas sociais diversos, por meio da Secretaria Nacional de Juventude, os jovens são, sob múltiplos olhares, o segmento mais plural em termos de demandas e expectativas.

Os movimentos sociais também se constituem objeto de investigação constante nas ciências sociais. As análises, que comumente se orientavam pelas categorias marxistas de compreensão dos fenômenos a partir da tensão capital - trabalho e da identidade de classe, encontram novas formas de apreender as múltiplas configurações identitárias. A dualidade burguesia-proletariado foi multifragmentada nos movimentos de mulheres, jovens, negros, índios, dentre muitos outros que demandam novos formatos associativos, preferencialmente policêntricos, o que faz surgir também uma necessidade de novas categorias de análise.

Por meio de pesquisa empírica, foram observadas a) a dificuldade de precisar o alcance e o impacto real das redes sociais, embora se reconheça a imprescindibilidade do uso dessas tecnologias; b) os movimentos de juventude partem da identidade estudantil para, desse lugar, olhar o mundo que os cerca e formular suas ações; c) a relação com os partidos é ambígua - por meio da entrevista aplicada percebe-se o interesse no ingresso de uma estrutura partidária, mas com muita reticência; d) as estruturas de Centros Acadêmicos e Diretórios Estudantis ainda são fundamentais para organizar o movimento estudantil; e) manifestar-se fisicamente tem uma importância muito grande para os movimentos - as redes tem um papel relevante, mas que não deve ser superestimado, pois o trabalho de base ainda é feito com contato pessoal.

Por fim, verifica-se que a análise de fenômenos sociais demanda uma superação do modelo de pesquisa de gabinete, sendo metodologicamente aconselhável uma investigação de campo.

REFERÊNCIAS

APARÍCIO, Adriana Biller. Novos atores e movimentos étnico-culturais, em COLAÇO, Thais Luzia (org.). **Elementos de Antropologia Jurídica**. 2 ed. São Paulo: Conceito Editorial, 2011.

CARLOS, Euzeneia. Contribuições da análise de redes sociais às teorias de movimentos sociais. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782011000200011&lang=pt>. Acesso em: 07 mar.2013.

CUSTÓDIO, André Viana. Direitos de Juventude no Brasil contemporâneo: perspectivas para a afirmação histórica de novos direitos fundamentais e políticas públicas, em WOLKMER, Antônio Carlos. VIEIRA, Reginaldo de Souza. **Estado, política e direito: relações de poder e políticas públicas**. Santa Catarina: UNESC, 2008.

DIÓGENES, Glória, SÁ, Leonardo. Juventude e segurança pública: dissonâncias e ressonâncias, em FREITAS, Maria Virgínia de. PAPA, Fernanda de Carvalho. **Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil**. Peiropolis, 2011.

GUILHON DE ALBUQUERQUE, J.A. O movimento estudantil e classe média no Brasil, em **Classes Médias e política no Brasil**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
LOTRINGER, Sylvère. Como foi inventada a teoria francesa, em AXT, Gunter e SCHULER, Fernando Luís (orgs.). **Fronteiras do pensamento: ensaios sobre cultura e estética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MATTOS, Débora Michels, OSÓRIO, Paulo Sérgio, TEIXEIRA, Regina. História, Juventude e Participação: condições, possibilidades e atuações, em WOLKMER, Antônio Carlos. VIEIRA, Reginaldo de Souza. **Estado, política e direito: relações de poder e políticas públicas**. Santa Catarina: UNESC, 2008.

MORAES, Germana de Oliveira. MENDES, Ana Stela Vieira. Da crise do ensino jurídico à crisálida da ética da transdisciplinariedade: a metamorfose do direito do amor e da solidariedade através da formação jurídica, em MAIA, Gretha Leite; TEIXEIRA, Zaneir Gonçalves (orgs.). **Ensino Jurídico: os desafios da compreensão do Direito**. Fortaleza: Faculdade Christus, 2012.

MORIN, Edgar. 1968-2008: o mundo que eu vi e vivi, em AXT, Gunter e SCHULER, Fernando Luís (orgs.). **Fronteiras do pensamento: ensaios sobre cultura e estética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SCHERER- WARREN, Ilse. **Movimentos sociais**. 2 ed. Florianópolis: Ed. UFSC, 1987.

_____. Redes de movimentos sociais na América latina - caminhos para uma política emancipatória? Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792008000300007&lang=pt>. Acesso em: 07 mar. 2013.

SOUZA, Patrícia Lânes Araújo de. A participação nas políticas públicas de juventude: caminhos trilhados, caminhos a construir, em FREITAS, Maria Virgínia de. PAPA, Fernanda de Carvalho. **Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil**. Peiropolis, 2011.

SOUZA, Robson Sávio Reis. SOUZA, Ângela Maria Dias Nogueira. Juventude e violência: novas demandas para a educação e a segurança públicas. Disponível em: <http://www.4shared.com/get/OFjkcTen/Artigo_Juventude_e_Violncia.html>. Acesso em: 12 set. 2012.

SPOSITO, Marília Pontes. CARRANO, Paulo César Rodrigues. **Juventude e políticas públicas no Brasil**. Disponível em: <http://www.4shared.com/office/oUM6hs-A/juventude_e_polticas_pblicas.htm>. Acesso em: 12 set. 2012.

SUPIOT, Alain. **Homo Juridicus** - Ensaio sobre a função antropológica do Direito. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

TOURAINÉ, Alain. Movimentos sociais e ideologias nas sociedades dependentes, em **Classes Médias e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

Recebido em: 10 abr. 2013

Revisões requeridas: 18 jun. 2013

Aprovado em: 09 de jul. 2013